

DECRETO Nº 033 DE 03 DE JUNHO DE 2005

Regulamenta a Lei Municipal nº 004/05, que dispõe sobre o Atendimento a Clientes em Estabelecimentos Bancários no Município de Itapagipe e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapagipe, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Para fins de cumprimento de Lei Municipal nº 004/05, serão adotados procedimentos administrativos que observem os Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa.

Art. 2º - O tempo hábil previsto no art. 2º da Lei ora regulamentada terá como termo inicial a solicitação, pelo usuário, da prestação de um atendimento para cada operação específica, e como termo final, o início do respectivo atendimento.

Parágrafo Único - O tempo hábil para atendimento será considerado nas condições normais de funcionamento dos serviços essenciais à manutenção do ritmo das atividades bancárias, tais como, dentre outros a energia a telefonia e a transmissão de dados.

Art. 3º - As reclamações das infrações ou abusos de que trata a Lei Municipal nº 004/05 deverão ser encaminhadas ao Programa de Orientação e Defesa do Consumidor do Município de Itapagipe (PROCON).

Parágrafo Único - Não serão consideradas as reclamações anônimas, as que não indicarem o meio de prova e/ou as que deixarem de apontar os dados básicos para identificação do estabelecimento infrator, do dia e horário do descumprimento da Lei.

Art. 4º - O processo administrativo decorrente de Reclamação ou Auto de Infração deverá observar as regras dispostas no Decreto Federal nº 2.181/97.

Art. 5º - Admite-se como meio de prova a oitiva de testemunhas, as senhas entregues pelas agências bancárias, onde conste registrado o horário de recebimento da mesma e o horário de atendimento, bem como qualquer outra forma idônea que comprove o tempo de espera para atendimento do usuário.

§ 1º - Admitir-se-á a indicação de, no máximo, três testemunhas.

§ 2º - Na hipótese de produção de prova testemunhal, as partes deverão ser intimadas do dia e da hora dos depoimentos a serem colhidos.

Art. 6º - Os estabelecimentos bancários ficam obrigados a implantar o sistema de senhas em suas agências, no prazo máximo de 30 dias, a partir da publicação deste Decreto, sob pena da imediata aplicação das sanções aqui regulamentadas.

Art. 7º - Recebida a Reclamação ou formalizado o Auto de Infração, o Programa de Orientação e Defesa do Consumidor do Município de Itapagipe (PROCON) notificará o infrator para que este, querendo, apresente sua defesa no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Único - A defesa, quando for caso, deverá ser protocolizada, no Setor de Protocolo e Arquivo da Prefeitura Municipal de Itapagipe.

Art. 8º - Encerrada a instrução do processo administrativo, compete ao Programa de Orientação e Defesa do Consumidor do Município de Itapagipe (PROCON), através de seu coordenador, exarar decisão administrativa que contenha relatório dos fatos, o respectivo enquadramento legal e, se condenatória, a natureza da infração e a gradação da pena.

§ 1º - Na hipótese de aplicação de pena de multa, o Programa de Orientação e Defesa do Consumidor do Município de Itapagipe (PROCON) notificará o infrator para efetuar seu recolhimento, em guia própria, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data do recebimento da notificação.

§ 2º - As multas arrecadadas reverter-se-ão a melhorias em áreas públicas de grande afluência de público.

§ 3º - Na hipótese de aplicação de pena de multa, serão observados os seguintes valores:

I - multa de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais do Município (UFMs);

II - multa de 1000 (um mil) Unidades Fiscais do Município (UFMs) no caso de reincidência.

§ 4º - Não se consideram, para efeito de reincidência, as reclamações apuradas e julgadas procedentes em última instância, em que as respectivas infrações tenham ocorrido no mesmo dia.

Art. 9º - As partes deverão ser notificadas da decisão administrativa.

Art. 10 - Da decisão de 1º grau que concluir pela improcedência da defesa, caberá recurso ao Prefeito Municipal, com efeito suspensivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da intimação da mesma.

Parágrafo único - O Recurso, quando for caso, deverá ser protocolizada, no Setor de Protocolo e Arquivo da Prefeitura Municipal de Itapagipe.

Art. 11 - O Prefeito Municipal decidirá em segunda e última instância recursal, após manifestação da Advocacia Geral do Município.

Art. 12 - Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido neste Decreto, por intempestivo.

Art. 13 - Não sendo recolhido o valor da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a decisão definitiva que determinou sua aplicação, será o débito inscrito em Dívida Ativa e posteriormente cobrado através de procedimento judicial próprio.

Art. 14 - Para fins de análise da reincidência da prática de abusos ou Infrações, o Programa de Orientação e Defesa do Consumidor do Município de Itapagipe (PROCON) deverá manter cadastro dos processos de que cuida o presente Decreto pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 15 - As agências bancárias têm o prazo de 30 dias, a partir da publicação deste Decreto, para se adaptarem às suas disposições.

Art. 16 - Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 2.181 de 20.03.97.

Art. 17 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG, 03 de junho de 2005.

Benice Nery Maia
Prefeita Municipal

Mario Lúcio Queiroz da Costa
Secretário Municipal de Administração e Planejamento